

Diogo David de Matos

Evolução da estrutura sócio-ocupacional de metrópoles latino-americanas

São Paulo e Cidade do México (2005-2015)

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a evolução da estrutura sócio-ocupacional de duas metrópoles latino-americanas no período recente em perspectiva comparativa. A hipótese que permeia o trabalho é a de que os processos de reestruturação produtiva e globalização, responsáveis pela especialização de grandes aglomerações metropolitanas nos serviços avançados à produção, causariam um processo de polarização social em termos de ocupação e renda nesses espaços. Após uma revisão teórica sobre estratificação social e sobre a nova configuração metropolitana, constroem-se as estruturas sócio-ocupacionais das duas metrópoles em 2005 e 2015, tendo a ocupação como variável fundamental. Conclui-se pela ausência de polarização social, pelo aumento da participação de profissionais e pela redução da de trabalhadores do secundário, ainda que os grupos que crescem estejam em faixas opostas da distribuição de renda. Por outro lado, a dinâmica dessas metrópoles não parece ser distinta da dinâmica de seus países.

Estrutura sócio-ocupacional

Polarização social

Reestruturação produtiva

Metrópole Latino-Americana

Abstract

The aim of this paper is to investigate the evolution of the socio-occupational structure of two Latin-American metropolises in recent times and its connections in comparative perspective. The main hypothesis is that productive restructuring and globalization have caused a process of social polarization in terms of occupation and income, due to the specialization of large metropolitan agglomerations in advanced production services. After a theoretical review on social stratification and the new urban configuration, the author constructs the socio-occupational structure of both metropolises in 2005 and 2015, taking the individual's occupation as the fundamental variable. They reach the conclusions of absence of polarization, increase in the proportion of professionals and decrease in the proportion of workers in manufacturing. Moreover, the growing aggregates are in opposite income brackets. However, the metropolitan dynamics doesn't seem to be distinct from that of countries.

Socio-occupational structure

Social polarization

Productive restructuring

Latin-american metropolis

INTRODUÇÃO

O conceito de estrutura social é de difícil definição e passa por abordagens e contribuições teóricas diversas sobre classes e estratificação social. Nas abordagens que até hoje predominam nas ciências sociais, a marxista e a weberiana, a posição no processo de produção e no sistema econômico é tomada como central na definição de classes sociais, ainda que a abordagem weberiana reconheça outras formas de diferenciação social. Além disso, a estrutura social é indissociável do território em que está inscrita, pois a sociedade se organiza tanto no tempo quanto no espaço. Portanto, a estrutura social é em grande medida determinada pela dimensão produtiva historicamente demarcada e pelo espaço que a encerra, e é possível supor que alterações na ordem espacial produtiva acarretem mudanças na forma como indivíduos se distribuem entre diferentes classes ou estratos.

As transformações da estrutura social de grandes metrópoles foram objeto de amplo debate internacional, porém com foco nas chamadas “cidades globais” do capitalismo central. O objetivo deste artigo é examinar a evolução da estrutura sócio-ocupacional de grandes aglomerações metropolitanas do contexto latino-americano na última década, tendo como objeto as principais metrópoles dos dois países mais populosos da região: São Paulo (Brasil) e Cidade do México (México). Construimos a estrutura sócio-ocupacional das duas metrópoles a partir de um mesmo esquema de categorias e comparamos a evolução de sua participação relativa e de sua média de renda em dois pontos no tempo: 2005 e 2015.

Este artigo se subdivide em três partes principais, além desta introdução. Inicialmente, apresentamos brevemente a literatura sobre as transformações econômicas e sociais das grandes aglomerações metropolitanas desde a década de 1970, com o objetivo de situar nossa investigação no debate. Em seguida, apresentamos o arcabouço teórico que orienta a construção de um esquema de classes ou estratos sociais, destacando as principais abordagens. A terceira parte se dedica à apresentação da análise empírica da evolução da estrutura sócio-ocupacional de São Paulo e Cidade do México, discutindo a metodologia empregada e seus resultados. Por fim, tecem-se considerações finais, destacando os principais resultados e desdobramentos.

TRANSFORMAÇÕES DAS ESTRUTURAS SOCIAIS METROPOLITANAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O tema da estrutura social metropolitana ganhou relevância no debate, a partir dos anos 1990, com a reflexão acerca dos impactos sobre as grandes metrópoles das transformações estruturais vividas pelo capitalismo global a partir dos anos 1970, sobretudo no que se refere à dinâmica econômica no espaço. Observa-se que a reestruturação produtiva e a globalização transformaram a base econômica das grandes aglomerações metropolitanas, fazendo com que estes espaços emergissem como centralidades necessárias ao funcionamento da economia global, tanto do ponto de vista da produção como da gestão e do sistema financeiro. Passam a constituir a base econômica das grandes cidades: (1) o controle e o comando das principais estruturas empresariais globalizadas, (2) as atividades do terciário avançado, como serviços financeiros e serviços à produção e (3) as atividades mais dinâmicas e inovadoras da nova indústria de alta tecnologia (DE MATTOS, 2005, p. 345). Ainda que a nova indústria tenha papel crescentemente relevante, sobretudo do ponto de vista dos distritos industriais, o fato fundamental da nova base econômica metropolitana é a extensão do seu núcleo dinâmico do setor industrial ao setor de serviços (DE MATTOS, 2005).

Dentre as características destacadas pela literatura sobre a nova configuração urbana estão as consequências sociais da reestruturação-globalização em um contexto político-ideológico neoliberal de desregulamentação dos mercados. As análises sobre o mercado de trabalho e a estrutura social em metrópoles apontam na direção de um aumento da desigualdade, intensificação dos contrastes internos, polarização da estrutura ocupacional, crescimento da pobreza urbana etc. A nova estrutura produtiva e o novo sistema de regulação estariam aumentando as distâncias sociais, no lugar de minimizá-las.

Destaca-se, dentre outras, a perspectiva seminal de Saskia Sassen (1991), que investigou as transformações da estrutura social das chamadas “cidades globais”, associando-as intimamente ao processo de globalização. As mudanças na economia mundial trariam não só a já citada transformação da base produtiva das cidades, como também transformações na organização do processo de trabalho, o aumento dos contratos temporários, redução da sindicalização e proteções contratuais etc. Os mercados de trabalho urbanos seriam afetados fortemente nos níveis de

emprego, nas características dos postos de trabalho, nos rendimentos e na estrutura ocupacional. Essa combinação teria como consequência, para Sassen (1991), uma polarização da estrutura social, tanto em termos de ocupação quanto de renda.

Isso porque, ao mesmo tempo que os serviços avançados concentram ocupações de alto nível de conhecimento e alta remuneração, uma parte essencial deles é formada por uma série de ocupações de baixa qualificação, como secretários, operários de manutenção, faxineiros e zeladores. Além disso, a ascensão de uma camada de alta renda conectada às redes globais remodela a estrutura de consumo, aumentando a demanda por serviços intensivos em trabalho, como produção customizada, estabelecimentos menores e itens especiais, fazendo aumentar os postos de trabalho que exigem baixa qualificação e são mal remunerados (SASSEN, 1994, p. 116). Portanto, segundo a hipótese da cidade global de Sassen, cidades como Londres, Nova York e Tóquio estariam caminhando para uma dinâmica na qual o crescimento gera o aumento do peso das camadas altas e baixas, em vez da classe média, contribuindo para uma estrutura social em formato de ampulheta e ao aumento da desigualdade.

Entretanto, muitos autores rejeitaram a ideia de polarização e de dualização, pois ela ignoraria a complexidade das estruturas social e socioespacial das metrópoles. Alguns, através de estudos empíricos, reforçam a persistência da relevância da participação relativa das camadas médias, mesmo para metrópoles como Londres e Paris, e apontam para a mediação de dimensões políticas e institucionais (HAMNETT, 1995; PRETECEILLE, 1993).

Além disso, muitos autores questionam a adequação dos modelos pensados nos países centrais para cidades do capitalismo periférico, como as cidades latino-americanas. Marques e Torres (2000) tratam da cidade de São Paulo buscando relacioná-la ao debate sobre as cidades globais de segunda ordem. Segundo esses autores, ainda que haja consenso sobre os feitos da globalização e da reestruturação produtiva nas cidades centrais, como Nova York, Londres e Tóquio, seus efeitos sobre os centros periféricos não é tão claro. Nelas, a necessidade de considerar processos locais e históricos é maior. Para Ciccolella (2012), as metrópoles latino-americanas teriam um caráter híbrido, justapondo traços pré-ibéricos, coloniais, agroexportadores, industrialistas e neoliberal-pós-modernos. Além disso, não são um conjunto homogêneo, apresentando singularidades e temporalidades distintas para o mesmo processo: enquanto algumas cidades vivem a ausência de transformações radicais, outras – como São Paulo, Cidade do Mé-

xico e Santiago – poderiam estar vivendo uma nova configuração urbana (CICCOLELLA, 2012).

A estrutura social de metrópoles brasileiras e sua organização no território já foram objetos de investigação, sobretudo no âmbito do INCT Observatório das Metrópoles. Coloca-se como objeto de pesquisa, por outro lado, a evolução da estrutura social metropolitana em perspectiva comparativa no âmbito da América Latina. Como evoluíram as estruturas sócio-ocupacionais das metrópoles latino-americanas na última década? Existe intensificação ou retração das tendências dos anos 1990? Como podem ser comparadas as principais metrópoles dos dois maiores países da região: Cidade do México e São Paulo?

PERSPECTIVAS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Antes de analisar a evolução da estrutura social de aglomerações metropolitanas latino-americanas, buscamos inicialmente apresentar o que se entende por estrutura social e quais são as diferentes abordagens e esquemas de classes ou estratos sociais utilizados na literatura. Qualquer esquema de classes ou estratos é uma construção teórico-abstrata da realidade e, portanto, passível de contestação. Cada esquema está vinculado ao objetivo da pesquisa (SCALON, 1999, p. 29). Portanto, realizamos aqui uma breve revisão sobre o tema com o objetivo de embasar a escolha de um determinado esquema de estratos para posterior análise empírica.

A tradição teórica sobre a estratificação social tem início com a discussão sobre o conceito de classe na sociologia clássica do século XIX, a partir das análises de Marx e Weber. Ainda que as dimensões política e ideológica estejam incorporadas no conceito de classe e sejam destacadas por Marx em algumas obras, a classe na teoria marxiana é fundamentalmente determinada pelo lugar de um grupo de agentes no processo de produção e, uma vez que na sociedade capitalista as relações de produção tendem a ser cada vez mais caracterizadas pela propriedade ou não dos meios de produção, a propriedade é tomada como categoria fundamental de demarcação (STAVENHAGEN, 1977). Weber, por sua vez, reconhece diferentes formas de distribuição de poder em uma comunidade, dentre as quais a classe. A classe expressa como os recursos mobilizados pelos indivíduos no mercado resultam, na terminologia de Weber, em oportunidades de vida diferenciadas, de forma que a “situação de classe” seja fundamentalmente a “situação de mer-

cado” (WEBER, 2008 [1920]; SCALON, 1999).

A complexificação dos regimes de estratificação social e das estruturas de classe ao longo do século XX – através, por exemplo, da separação entre propriedade e controle e do aumento da distinção entre os trabalhadores em termos de suas qualificações e habilidades – exigiu novos desenvolvimentos do pensamento sociológico. Embora haja diferença nos conceitos de classe e ocupação – o primeiro representa uma relação social e o segundo uma relação técnica de produção –, nas abordagens contemporâneas da estratificação social, a ocupação é reconhecida como uma unidade de análise multidimensional que revela a alocação de recursos e recompensas entre os indivíduos da sociedade. A ocupação permite captar tanto a posição no processo de produção, refletindo a divisão do trabalho, quanto sua posição de mercado. Ela revela as habilidades técnicas e sociais do indivíduo, além de não apresentar problemas de confiabilidade como a medida de renda (HAUSER e WARREN, 2008 [1997], p. 213).

As abordagens contemporâneas se dividem entre a perspectiva classe-estrutural, mais próxima à tradição sociológica e que enxerga as classes em perspectiva relacional, e a perspectiva hierárquica, que distingue estratos através de índices de status socioeconômico ou prestígio. A perspectiva classe-estrutural é representada pelas perspectivas neomarxista e neweberiana. No campo marxista, Erik Olin Wright se destaca pelo viés empírico, utilizando princípios marxistas para operacionalizar a variável ocupação e criar uma estrutura de classes, baseada na desigual distribuição de diferentes ativos: propriedade dos meios de produção (ou da força de trabalho); qualificação/credenciamento; e “ativos de organização”, isto é, a posição na organização e controle do trabalho próprio e alheio.

O esquema de classes mais utilizado internacionalmente, contudo, é o de Goldthorpe, que recebe o rótulo de neweberiano e se destaca pela abordagem empírica e pela definição clara de uma estrutura de classes, cujo objetivo, mais que uma contribuição teórica, é realizar comparações internacionais em seus estudos sobre mobilidade. O autor utiliza dois conceitos tipicamente neweberianos: a situação de mercado e a situação de trabalho, indicando a posição econômica dos indivíduos em termos de seus recursos, assim como a posição dentro do sistema de autoridade e controle que governa o sistema de produção (SCALON, 1999). O esquema construído a partir desses conceitos é conhecido como EGP ou CASMIN. Inicialmente desenvolvido para comparar a mobilidade social entre Inglaterra, França e Suécia, em artigo de Erikson-Goldthorpe-Portocarero (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO,

1979), o esquema depois foi adaptado para comparações internacionais mais abrangentes no projeto Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Societies (CASMIN).

É importante destacar que a definição de um esquema de estratos ou classes não depende apenas do marco teórico-conceitual utilizado, mas também das especificidades da estrutura social em questão (SCALON, 1999). Na literatura brasileira, há poucos estudos dedicados a um mapeamento das posições de classe e, em geral, se destacam os estudos dedicados à análise da mobilidade social. Neste campo, porém, há uma variedade de abordagens, compreendendo tanto a perspectiva hierárquica quanto as perspectivas neweberiana e neomarxista (SCALON, 1999; PASTORE e VALLE SILVA, 2000; SANTOS, 2002). No caso mexicano, também predominam os estudos de mobilidade, sobretudo de inspiração neweberiana, com destaque para Solís (2002, 2016), que faz adaptações aos esquemas de Goldthorpe.

Outros trabalhos mais recentes sobre estratificação social no Brasil se voltaram não para os estudos de mobilidade, mas para o estudo da organização social do território metropolitano, aportando ao debate internacional sobre a dinâmica social das cidades globais. Dentre esses trabalhos, duas abordagens se distinguem: uma desenvolvida pelo INCT Observatório das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ) e outra utilizada pelo pesquisador Eduardo Marques, do Centro de Estudos Metropolitanos (CEM-USP). Ambos analisam a distribuição das classes ou categorias sócio-ocupacionais no espaço e a dinâmica da segregação, mas utilizam esquemas de estratos diferentes. Eduardo Marques trabalha com as classes EGP e justifica sua escolha pela difusão de seu uso internacionalmente (MARQUES et al., 2009). Já os pesquisadores do Observatório das Metrôpoles construíram a própria classificação sócio-ocupacional, baseada na CBO, a partir de trabalhos anteriores desenvolvidos dentro de um quadro de cooperação com pesquisadores franceses do Centro de Sociologia Urbana francês, nos quais se buscou correspondência com as CSPs (catégorie socioprofessionnelle) francesas (PRETECEILLE e RIBEIRO, 1999). Sua classificação é regida pelos princípios típicos das abordagens contemporâneas, possuindo, portanto, tanto uma dimensão relacional quanto uma dimensão hierárquica (RIBEIRO e RIBEIRO M. G., 2013), utilizando critérios como a distinção entre capital e trabalho, entre trabalho manual e não manual, entre atividades de comando e atividades subordinadas e entre setor público e privado. A partir desses critérios, a variável ocupação no trabalho principal do indivíduo é cruzada com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação,

setor de atividade econômica e setor institucional) e constrói-se um esquema de 24 categorias, passíveis de serem agregadas em oito grupos sócio-ocupacionais.

Entre os esquemas de classe apresentados, os mais adequados à análise da estrutura social de metrópoles latino-americanas seriam o esquema de classes EGP ou a estrutura de categorias sócio-ocupacionais do Observatório das Metrópoles, que são os mais utilizados nos estudos metropolitanos. Apesar da maior adequação do esquema EGP para comparações internacionais, optamos por utilizar a estrutura sócio-ocupacional desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles por dois motivos principais: é uma estrutura construída especificamente para a análise do contexto metropolitano e ela permite uma desagregação alta, possibilitando análises mais profundas.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL DE SÃO PAULO E CIDADE DO MÉXICO

À luz do debate na literatura sobre a nova configuração urbana e do arcabouço teórico sobre estratificação social, desenvolvemos uma análise empírica da evolução da estrutura sócio-ocupacional e da distribuição de renda em duas aglomerações metropolitanas latino-americanas – São Paulo e Cidade do México –, a partir de dados de pesquisas domiciliares. Estas metrópoles foram escolhidas com o objetivo de realizar uma comparação internacional dentro da América Latina e por serem as principais metrópoles dos dois maiores países da região, além de parte da literatura afirmar que estão em processo de formação de uma nova configuração urbana.

Ainda que o gesto comparativo entre diferentes cidades seja limitado pela tese da incomensurabilidade, segundo a qual é impossível comparar cidades de contextos diferentes, o crescimento de afirmações sobre a convergência e a conexão das experiências urbanas diante dos processos globalizantes fez reacender o interesse pela comparação e a defesa deste método (ROBINSON, 2011). As sociedades em questão, naturalmente, são distintas, mas apresentam muitas similaridades, e acreditamos ser possível obter conclusões relevantes aplicando critérios iguais e abrindo mão de explicações localistas, ainda que consideremos que resultados semelhantes podem decorrer de processos distintos.

Mesmo havendo distinção entre os dois conceitos, por necessidade de adaptação às bases de dados, consideramos a partir daqui como metrópoles as regiões metropolitanas das duas cidades. A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 muni-

cípios do estado de São Paulo. Contava com uma população de 19.683.975 habitantes no Censo de 2010 e contribuía com cerca de 19% do PIB brasileiro (IBGE). A Zona Metropolitana do Vale do México é formada por dezesseis delegações da entidade federativa Cidade do México, 59 municípios do estado de México e um município do estado de Hidalgo. Contava com uma população de 20.116.842 habitantes no Censo de 2010 e contribuía com cerca de 23% do PIB mexicano (OCDE, 2015). É o centro político, econômico, financeiro e cultural do México. Ambas as regiões metropolitanas foram importantes centros industriais, mas vêm sofrendo desindustrialização desde os anos 1970.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de contribuir para a literatura de maneira atualizada, estabelecemos como horizonte temporal o período de 2005 a 2015 e construímos a estrutura social das duas metrópoles nesses dois pontos no tempo. Por esse motivo, não foram utilizadas bases de dados de caráter censitário. Optamos por bases de dados domiciliares amostrais, a saber, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, para o Brasil, e a Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), realizada pelo Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), para o México. Ambas as pesquisas permitem a desagregação a nível metropolitano e são adequadas à análise da estrutura social das duas metrópoles.¹

A estrutura sócio-ocupacional escolhida foi a desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles. Contudo, sua metodologia foi produzida para os Censos Demográficos brasileiros e seu uso exigiu a adaptação para as outras pesquisas. O esforço de adequação foi significativo, sobretudo no caso da ENOE. Além de algumas variáveis serem construídas de maneira diferente, houve a necessidade de compatibilização da classificação ocupacional.

A PNAD utiliza a mesma classificação utilizada no Censo 2000, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar), que consiste em 510 ocupações a quatro dígitos. A ENOE, por

1 A PNAD 2005 contou com uma amostra de 408.148 indivíduos para uma projeção populacional de 185,6 milhões de habitantes, e a PNAD 2015 contou com uma amostra de 356.904 indivíduos para uma projeção de 204,9 milhões de habitantes. Já as bases da ENOE de 2005 empilhadas tiveram uma amostra total de 1.698.242 indivíduos para uma projeção de 109,7 milhões de habitantes. As bases da ENOE de 2015, por sua vez, contaram uma amostra total de 1.609.065 habitantes para uma projeção de 123,6 milhões de habitantes.

sua vez, passou por uma mudança de classificação em 2011. Até esse período, utiliza a Clasificación Mexicana de Ocupaciones (CMO), que consiste em 461 ocupações. A partir de 2011, utiliza o Sistema Nacional de Clasificación de Ocupaciones (SINCO), que conta com 468 ocupações. Existem divergências entre as duas classificações mexicanas, o que torna as duas estruturas não perfeitamente comparáveis. Mas, em geral, são classificações razoavelmente compatíveis, e consideramos os resultados robustos. Da mesma forma, apesar das diferenças, elas têm estruturas semelhantes à da CBO, sobretudo o SINCO.

O procedimento para a construção das categorias ocupacionais seguiu os critérios utilizados pelo Observatório. A ocupação foi tomada como critério fundamental na construção da maioria das categorias. Contudo, em alguns casos foram necessárias outras variáveis. Primeiramente distinguem-se os empregadores, autônomos (ou conta própria) e empregados através da variável posição na ocupação. Dentre os empregadores, distinguem-se os pequenos dos grandes empregadores através do número de empregados: foram considerados pequenos empregadores aqueles que têm até cinco empregados. Entre os autônomos, destacam-se os profissionais através da sua ocupação. Em geral, o nível de qualificação pode ser determinado através da ocupação e do setor de atividade. Por outro lado, é necessário distinguir os professores que possuem nível superior (mais de quinze anos de estudo) dos que não possuem. Também se diferenciam os militares pela renda (no caso da PNAD) e pela esco-

laridade. Além disso, a distinção entre ocupações do setor público e do privado pode ser feita pela variável posição na ocupação, na PNAD. Na ENOE, utilizamos o tipo de unidade econômica.

Por fim, distinguem-se as atividades de comando – direção, gerência e supervisão – das atividades subordinadas através da ocupação. Mesmo entre as atividades de comando, contudo, diferenciam-se diretores e supervisores de grandes e pequenas empresas (RIBEIRO e RIBEIRO M. G., 2013). Como nas pesquisas conduzidas pelo IBGE a categorização do número de empregados da unidade econômica impede uma distinção entre pequenas e grandes empresas, utiliza-se a renda como proxy da posição de comando na PNAD. Seguindo a metodologia do Observatório, o corte de renda que distingue dirigentes de ocupações de supervisão é estabelecido em vinte salários mínimos. Contudo, além de o uso de critério semelhante exigir uma adaptação à moeda e à distribuição de renda mexicanas, existe uma alta taxa de não declaração de renda na ENOE, sobretudo entre as ocupações de direção, nas quais chega a 35%. Por outro lado, a variável de número de pessoas que trabalham na unidade econômica é adequada à classificação de seu tamanho. Portanto, ainda que fosse desejável utilizar o mesmo critério para as duas pesquisas, optamos por utilizar o tamanho da unidade econômica como critério de demarcação entre dirigentes e ocupações de supervisão. Seguindo a definição do INEGI, foram classificadas como grandes as empresas com mais de 250 funcionários.

Tabela 1: Composição setorial do emprego (%)

Setor	São Paulo		Cidade do México	
	2005	2015	2005	2015
Agropecuária	0,81	0,35	0,54	0,51
Indústria extrativa e eletricidade	0,49	0,36	0,69	0,39
Indústria manufatureira	19,96	13,59	16,36	14,11
Construção civil	6,88	7,85	6,48	5,99
Comércio	18,58	16,83	23,16	22,85
Serviços de alojamento e alimentação	4,03	5,97	6,1	7,67
Transportes, comunicação e armazenagem	7,08	8,29	8,18	8,04
Serviços profissionais, financeiros e corporativos	14,41	18,25	9,85	12,77
Serviços sociais	10,95	12,31	10,1	9,44
Serviços diversos (pessoais, recreativos e associativos)	13,82	12,72	12,33	12,12
Governo e organismos internacionais	2,98	3,47	6,22	6,12
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD (IBGE) e da ENOE (INEGI).

Resultados

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

Inicialmente, para avaliar a estrutura produtiva e sua evolução no período, faz-se necessária a análise da composição setorial do emprego nas duas metrópoles. Essa estrutura pode ser construída através da variável setor de atividade, que na PNAD é classificada pela CNAE-Domiciliar e na ENOE pelo Sistema de Clasificación Industrial de América del Norte (SCIAN).

Desta tabela, podemos concluir que as duas metrópoles, apesar de algumas diferenças significativas, apresentam uma composição setorial do emprego relativamente semelhante. Uma das principais diferenças é a participação do comércio no emprego. Embora ambas tenham apresentado queda no emprego no comércio (sobretudo São Paulo), a participação do comércio na Cidade do México é consideravelmente maior. Outro setor que se destaca é o dos serviços profissionais, financeiros e corporativos, que apresenta participação significativamente maior em São Paulo. Também apresentam diferença maior que dois pontos percentuais: os serviços sociais – que têm participação maior em São Paulo em 2015 – e as atividades governamentais – que são maiores na Cidade do México. No último caso, a maior participação na metrópole mexicana se deve ao seu papel como capital federal, não exercido por São Paulo.

A evolução do emprego também é bastante semelhante nas duas metrópoles. Em ambas ainda há redução da participação da indústria manufatureira e aumento da participação dos serviços, sobretudo corporativos e financeiros. Contudo, a redução

do emprego na indústria foi mais significativa em São Paulo do que na Cidade do México. Destaca-se o grande aumento da participação dos serviços profissionais, financeiros e corporativos no emprego de ambas as metrópoles, embora sua parcela do emprego seja maior em São Paulo. Também aumenta significativamente a participação dos serviços de alojamento e alimentação. Entre os poucos setores que apresentam sinais opostos de evolução, destacam-se a construção civil e os serviços sociais, ambos apresentando evolução positiva em São Paulo e negativa na Cidade do México.

A composição do emprego não permite captar a posição dessas metrópoles no sistema global de cidades e sua função de comando sobre a economia nacional ou global, mas, de maneira geral, é possível perceber a continuidade dos processos de reestruturação produtiva e terciarização, operantes desde a década de 1970. Contudo, a estrutura produtiva de São Paulo, que tem os serviços profissionais, financeiros e corporativos como o setor que mais emprega em 2015, parece aproximá-la mais do papel exercido pelas grandes aglomerações metropolitanas segundo a literatura principal, especializando-se nos serviços avançados à produção. A Cidade do México, por outro lado, ainda tem o comércio como setor que mais emprega, e as tendências da indústria e do terciário avançado são menos claras. Em seguida, avaliamos se o comportamento das estruturas sociais das duas metrópoles é o mesmo.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

A partir dos métodos descritos acima, construímos a estrutura sócio-ocupacional das duas metrópoles,

Tabela 2: Evolução da estrutura sócio-ocupacional (%)

Agregado sócio-ocupacional	São Paulo		Cidade do México	
	2005	2015	2005	2015
Dirigentes	2,10	2,15	3,12	2,55
Profissionais de Nível Superior	9,19	13,66	8,71	10,48
Pequenos Empregadores	3,04	2,02	3,97	3,00
Ocupações Médias	29,49	29,57	21,22	23,25
Trabalhadores do Terciário Especializado	19,31	20,38	21,78	23,19
Trabalhadores do Secundário	20,37	19,14	24,94	21,69
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	15,72	12,76	15,64	15,42
Trabalhadores Agrícolas	0,78	0,32	0,56	0,40
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (IBGE) e da ENOE (INEGI).

seguindo a estrutura escolhida, que tem 24 categorias sócio-ocupacionais agrupadas em oito agregados sócio-ocupacionais.² A tabela abaixo apresenta a participação relativa dos agregados sócio-ocupacionais nos dois pontos no tempo.

Novamente, é possível afirmar que as duas metrópoles apresentam estruturas relativamente semelhantes. A diferença que se destaca é a maior participação de Profissionais e, sobretudo, de Ocupações Médias em São Paulo. Todos os outros grupos têm maior representação na Cidade do México em 2015. De maneira agregada, é possível afirmar que a Cidade do México apresenta uma distribuição mais concentrada nos trabalhadores manuais e menos concentrada nas ocupações superiores do que São Paulo. Ambas as metrópoles, contudo, apresentaram no período uma diminuição da proporção de trabalhadores manuais e um aumento da proporção de ocupações superiores, isto é, uma elevação da estrutura social, mas esse processo foi mais intenso em São Paulo.

Observa-se na metrópole brasileira uma estabilidade da proporção de Dirigentes. Esse resultado mostra um freio na tendência apresentada desde a década de 1990 de redução da proporção de dirigentes (PASTERNAK e BÓGUS, 2015). Na Cidade do México, por sua vez, a participação desse grupo diminuiu, resultado da redução da proporção de Grandes Empregadores e de Dirigentes do Setor Privado. De forma geral, ainda que não corrobore a hipótese de crescimento das funções de comando e controle nas metrópoles, a perda de dirigentes pode indicar uma concentração maior de funções em um número menor de indivíduos ou mesmo a fusão de empresas.

Em ambas as metrópoles, ocorreu no período um aumento da proporção de Profissionais de Nível Superior, sobretudo em São Paulo, onde o aumento foi expressivo e configurou a maior variação dentre os grupos ocupacionais. Em ambos os casos, o aumento se deu, sobretudo, pelo crescimento da participação dos Profissionais Empregados, indicando que a profissionalização é principalmente absorvida pelo setor privado. Em São Paulo também ocorre um aumento significativo dos Professores de Nível Superior. Esse aumento é reflexo não só do aumento da escolaridade da população, mas também do crescimento dos serviços avançados nessas metrópoles. Por outro lado, em ambos os casos há uma redução da participação de Pequenos Empregadores. Em geral, há uma redução de empregadores e aumento da proporção de indivíduos autônomos.

Um dos principais debates da literatura diz res-

peito ao comportamento das Ocupações Médias e a suposta queda de sua participação na estrutura social das grandes metrópoles. Os resultados sinalizam, entretanto, uma consistente estabilidade desse grupo em São Paulo e até mesmo um aumento de sua participação na Cidade do México. Analisando as categorias desagregadas, observa-se estabilidade em quase todas as categorias em São Paulo. Em ambas as metrópoles, diminuiu a participação das Ocupações de Supervisão (que incluem supervisores da indústria). Na Cidade do México, o aumento da participação das Ocupações Médias se deve em grande parte ao crescimento das Ocupações Técnicas. Confirmam-se, portanto, os resultados da literatura crítica, que ressaltam a persistência do peso das camadas médias nas grandes metrópoles.

Em ambas as metrópoles houve crescimento da participação de Trabalhadores do Terciário Especializado e redução dos Trabalhadores do Secundário, refletindo o processo de terciarização. O aumento dos Trabalhadores do Terciário decorre do crescimento de ocupações em serviços pessoais, de alimentação e alojamento ou de trabalhadores do comércio (apenas no caso mexicano). O comportamento dos Trabalhadores do Secundário, por sua vez, reflete a redução do emprego na indústria na Cidade do México. Em São Paulo, contudo, a redução dos Trabalhadores da Indústria é compensada pelo crescimento dos Operários da Construção Civil e dos Trabalhadores de Serviços Auxiliares, resultando em uma redução pequena na participação deste grupo. Merece destaque que, entre os Trabalhadores da Indústria, não houve mudança significativa na proporção daqueles no setor moderno e no setor tradicional, em nenhuma das duas metrópoles.

Por fim, analisamos a dinâmica dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado, cuja participação se manteve estável na Cidade do México e caiu significativamente em São Paulo. Na metrópole brasileira, essa redução se dá pela redução da participação dos Trabalhadores Domésticos e de Ambulantes e Biscateiros, resultado do aumento da formalização do mercado de trabalho no período. Na Cidade do México, por outro lado, essas duas categorias tiveram sinais trocados (positivo para os Domésticos e negativo para os Ambulantes), mantendo o grupo como um todo estável. A década é marcada pela reversão das tendências latino-americanas e um aumento da formalização, realizando um contraponto às metrópoles do centro, que sofrem com o aumento da informalidade e da marginalidade.

² A evolução das categorias individualmente será discutida no texto, mas só será apresentada no Apêndice.

Agregado sócio-ocupacional	São Paulo	Brasil	Cidade do México	México
Dirigentes	2,4%	-8,1%	-18,3%	-16,2%
Profissionais de Nível Superior	48,6%	52,9%	20,3%	9,8%
Pequenos Empregadores	-33,6%	-15,6%	-24,4%	-2,6%
Ocupações Médias	0,3%	-7,5%	9,6%	1,9%
Trabalhadores do Terciário Especializado	5,5%	6,2%	6,5%	7,1%
Trabalhadores do Secundário	-6,0%	5,5%	-13,2%	-6,9%
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	-18,8%	-19,4%	-1,4%	0,5%

Tabela 3: Variação percentual da participação dos grupos sócio-ocupacionais (não agrícolas)

COMPARAÇÃO COM A DINÂMICA NACIONAL

Os resultados apresentados confirmam algumas hipóteses da literatura principal, mas contradizem outras. Há tendências inequívocas em ambas as metrópoles de aumento da participação de Profissionais e de Trabalhadores do Terciário Especializado e de redução da participação de Trabalhadores Industriais. Há estabilidade da participação de Dirigentes em São Paulo, embora ocorra redução na Cidade do México. Entretanto, as Ocupações Médias se mostram estáveis e os Trabalhadores do Terciário Não Especializado tenderam a diminuir relativamente. Resta saber, contudo, se essa dinâmica é própria das grandes aglomerações metropolitanas, como sugere a literatura, ou se, na verdade, refletem tendências gerais de seus países. Para realizar essa análise, apresentamos na tabela abaixo a variação percentual da participação de cada grupo ocupacional na metrópole e em seu país como um todo. Para uma comparação mais coerente, consideramos apenas a participação dos grupos entre os trabalhadores não agrícolas.

Embora a queda da participação de Dirigentes na Cidade do México seja correspondida pela tendência do país, sua participação na estrutura social de São Paulo é mais resistente do que no país como um todo, onde tende a cair. Por outro lado, a profissionalização da população parece refletir a tendência nacional em ambos os casos, embora no caso mexicano ela seja mais intensa na metrópole e, no caso brasileiro, ligeiramente menos intensa. Em ambos os casos, a redução da participação de pequenos empregadores é mais intensa na metrópole. Contradizendo a literatura principal, a dinâmica das Ocupações Médias parece ser mais favorável nas metrópoles do que em seus países. A dinâmica dos Trabalhadores do Terciário, por sua vez, seja ele especializado ou não, parece não apresentar distinção significativa na metrópo-

le. Já os Trabalhadores do Secundário apresentam a maior diferença entre metrópole e país, evidenciando a continuidade da tendência de desconcentração da indústria.

A análise da Tabela 3 mostra, portanto, que apesar de a evolução da estrutura social das duas grandes aglomerações metropolitanas no período de 2005 a 2015 corroborar algumas das teses da literatura sobre as grandes cidades, essa evolução não parece ser particular a essas localidades. As únicas mudanças marcadamente distintas da metrópole, relativamente ao restante do país, são a redução da participação dos Trabalhadores do Secundário, a redução da participação dos Pequenos Empregadores e o aumento da participação dos Profissionais na Cidade do México. Além disso, a estabilidade das Ocupações Médias em São Paulo e seu crescimento relativo na Cidade do México também parecem características próprias destes espaços.

RENDA

Por fim, ainda que não tenha sido observada diretamente uma polarização da estrutura ocupacional e que a evolução dessa estrutura não seja distinta na metrópole, investigamos a existência da polarização de renda entre os agregados sócio-ocupacionais. Independentemente da participação desses grupos na estrutura ocupacional, resta saber se houve mudança nas distâncias entre eles no tocante à sua renda. Para tanto, calculamos a média de renda do trabalho de cada agregado sócio-ocupacional nos dois pontos no tempo – corrigida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil e Índice Nacional de Precios al Consumidor no México – e calculamos a razão da média de cada agregado em relação à média de renda geral. No caso mexicano, contudo, os resultados

Agregado sócio-ocupacional	2005		2015	
	Média de renda (R\$)	Razão da média geral	Média de renda (R\$)	Razão da média geral
Dirigentes	8.086	581%	8.902	498%
Profissionais de Nível Superior	3.125	224%	3.381	189%
Pequenos Empregadores	2.930	210%	3.947	221%
Ocupações Médias	1.473	106%	1.867	104%
Trabalhadores do Terciário Especializado	833	60%	1.038	58%
Trabalhadores do Secundário	947	68%	1.196	67%
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	552	40%	807	45%
Trabalhadores Agrícolas	502	36%	540	30%
Geral	1.395	100%	1.787	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (IBGE) e do Banco Mundial (índice de preços).

Tabela 4: Média de renda do trabalho por agregado sócio-ocupacional (valores constantes de 2010) - São Paulo

Agregado sócio-ocupacional	2005		2015	
	Média de renda (Mex\$)	Razão da média geral	Média de renda (Mex\$)	Razão da média geral
Dirigentes	17.245	286%	15.244	320%
Profissionais de Nível Superior	10.655	177%	9.954	209%
Pequenos Empregadores	10.537	175%	7.867	165%
Ocupações Médias	7.449	123%	6.417	135%
Trabalhadores do Terciário Especializado	4.483	74%	3.196	67%
Trabalhadores do Secundário	4.764	79%	4.063	85%
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	3.392	56%	2.713	57%
Trabalhadores Agrícolas	3.840	64%	2.109	44%
Geral	6.035	100%	4.764	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ENOE (INEGI) e do Banco Mundial (índice de preços).

Tabela 5: Média de renda do trabalho por agregado sócio-ocupacional (valores constantes de 2010) - Cidade do México

devem ser tomados com cautela, pois a taxa de não declaração de renda na ENOE é consideravelmente alta, sobretudo nas ocupações médias e superiores, nas quais chega a 35%.

Observa-se uma grande estabilidade no tempo da estrutura de renda ao longo dos agregados sócio-ocupacionais em São Paulo. Destaca-se a queda, em relação à média, da renda dos Dirigentes e dos Profissionais, bem como o aumento do mesmo indicador

para os Trabalhadores do Terciário Não Especializado, resultado, sobretudo, da formalização dos indivíduos nesse setor e da valorização do salário mínimo no período. Por outro lado, analisando a distribuição ao longo dos agregados, merece destaque a menor média de renda dos Trabalhadores do Terciário Especializado em relação aos Trabalhadores do Secundário. Considerando que a característica principal da evolução da estrutura sócio-ocupacional das metrô-

poles é o aumento do primeiro grupo em detrimento do segundo, confirma-se a tendência ao aumento de trabalhadores com renda mais baixa. Similarmente, o grupo que mais cresce, o dos Profissionais, detém uma porção da renda bem superior à média, ainda que esta porção tenha diminuído consideravelmente. É possível, assim, confirmar com ressalvas a tendência à polarização em termos de renda.

Na Cidade do México, por sua vez, a distância entre os dois segmentos de trabalhadores aumenta significativamente no período, passando de cinco pontos percentuais para dezoito pontos percentuais (Tabela 5). Além disso, também aumenta significativamente a renda, em relação à média, dos Profissionais, grupo que mais cresceu, e dos Dirigentes. Portanto, ainda que a composição setorial do emprego e a estrutura ocupacional da metrópole mexicana a aproximem menos do status de cidade global, a polarização da renda entre os agregados ocupacionais parece ser mais forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos uma análise da evolução da estrutura sócio-ocupacional de São Paulo e Cidade do México com o objetivo de avaliar as semelhanças e diferenças entre as duas metrópoles e como suas experiências se comparam ao descrito pela literatura sobre a nova configuração urbana. Relevou-se a surpreendente similaridade, tanto da estrutura produtiva quanto da estrutura sócio-ocupacional das duas metrópoles, bem como do padrão de evolução de ambas entre 2005 e 2015.

Verificamos que, apesar de a reestruturação produtiva ainda estar em curso – com a perda sistemática de empregos na indústria e o crescimento da participação dos serviços profissionais e financeiros –, não há polarização da estrutura ocupacional nas duas metrópoles, e suas principais tendências são uma pequena redução da participação de trabalhadores e um forte crescimento da proporção de profissionais. Destaca-se a persistência do peso das camadas médias e confirmação da grande complexidade da estrutura social e da impossibilidade de explicar a sua dinâmica em esquemas simplistas.

De maneira geral, observamos que a evolução da estrutura sócio-ocupacional das metrópoles não é marcadamente distinta da evolução da estrutura de seus países e que, apesar de São Paulo se mostrar mais próxima das chamadas cidades globais quanto à estrutura produtiva, as tendências polarizadoras não são mais fortes em sua estrutura sócio-ocupacional. Por outro lado, o traço mais distinto das metrópo-

les – a perda de Trabalhadores do Secundário acompanhada de aumento de Trabalhadores do Terciário Especializado – parece confirmar o processo de polarização em termos de renda dos agregados sócio-ocupacionais, uma vez que a média de renda dos Trabalhadores do Terciário é menor que na indústria.

Este artigo representa um esforço inicial de estudo da dinâmica social metropolitana em perspectiva comparativa no âmbito latino-americano, levantando questões e apontando para possibilidades. Reconhecemos que o recorte temporal utilizado inviabiliza análises mais profundas de natureza estrutural e se deveu a limitações da base de dados mexicana. Também foi inviabilizada a análise da organização social do território metropolitano e da dinâmica da segregação nas duas cidades. Considerando a relevância de ambos os aspectos, coloca-se como agenda de pesquisa uma investigação com recorte temporal mais longo, utilizando bases censitárias, com o objetivo de comparar a dinâmica estrutural da segregação socioespacial na América Latina, além de expandir a análise para outras metrópoles.

REFERÊNCIAS

- CICCOLELLA, P. Revisitando la metrópoles latino-americana más allá de la globalización. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**. No 8, p. 9-21, 2012.
- DE MATTOS, C. A. Crescimento metropolitano na América Latina. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARRERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, 30(4), 415-441, 1979.
- HAMNETT, C. Les Changements socio-économiques à Londres. **Sociétés Contemporaines**, No. 22-23, Junho-Setembro, 15-32, 1995.
- HAUSER, R. M.; WARREN, J. (1997) Socioeconomic Indexes for Occupations: A Review, Update and Critique. In: GRUSKY, D. B. (ed.). **Social Stratification**. Westview Press, p.213-219, 2008.
- MARQUES, E.; TORRES, H. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. **Novos Estudos Cebrap**, n. 56, p.139-168, mar. 2000.
- MARQUES, E.; SCALON, C.; OLIVEIRA, M. A. Estrutura social e Classe em duas metrópoles brasileiras. In: SCALON, C. (Org.) **Ensaio de estratificação**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

- OECD. **OECD Territorial Reviews: Valle de México, Mexico**. OECD Territorial Reviews, OECD Publishing, Paris, 2015.
- PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. Mudanças recentes na estruturação socioespacial da Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (Orgs.) **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, Macron Books, 2000.
- PRETECEILLE, E. **Mutations urbaines et politiques locales**. Paris, Centre de Sociologia Urbaine, v. 2, 1993.
- PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **EURE**. Santiago. Vol.25, n.76, 1999.
- RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2013.
- ROBINSON, J. Cities in a world of cities: the comparative gesture. **International Journal of Urban and Regional Research**. 35.1, p. 1-23, 2011.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University, 1991.
- SASSEN, S. **Cities in a world economy**. Pine Forge Press, 1994.
- SCALON, M. C. **Mobilidade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- STAVENHAGEN, R. Estratificação Social e Estrutura de Classe. In: VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de Classe e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- SOLÍS, P. **Structural change and men's work lives: Transformations in social stratification and occupational mobility in Monterrey, Mexico**. Disertación Doctoral, Austin, Texas, 2002.
- SOLÍS, P. Estratificación Social y Movilidad de Clase en México a Principios del Siglo XXI. In: SOLÍS, P.; BOADO, M. (Orgs.). **Y Sin Embargo se Mueve... Estratificación Social y Movilidad Intergeracional de Clase em América Latina**. El Colegio de México, 2016.
- WRIGHT, E. O. A general framework for the analysis of class structure. **Politics & Society**, v.13, n. 4, p. 383-423, 1984.
- WEBER, M. (1920) Class, Status, Party. In: GRUSKY, D. (Ed.) **Social Stratification**. Westview Press, p. 114-124, 2008. ■

APÊNDICE

Categorias sócio-ocupacionais

Grupo sócio-ocupacional	São Paulo		Cidade do México	
	2005	2015	2005	2015
Grandes Empregadores	1,14	1,22	0,66	0,46
Dirigentes do Setor Público	0,14	0,19	0,08	0,28
Dirigentes do Setor Privado	0,82	0,74	2,38	1,81
Profissionais Autônomos de Nível Superior	2,04	2,14	1,03	1,23
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,72	1,11	1,38	1,93
Profissionais Empregados de Nível Superior	4,33	6,99	2,45	4,05
Professores de Nível Superior	2,10	3,42	3,85	3,27
Pequenos Empregadores	3,04	2,02	3,97	3,00
Artistas e similares	1,45	1,03	1,52	1,19
Ocupações de Supervisão	7,27	7,18	4,14	3,68
Ocupações de Escritório	11,39	11,61	7,77	7,95
Ocupações Técnicas	6,33	6,75	5,75	7,21
Ocupações da Saúde e Educação	1,73	1,95	1,03	1,85
Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios	0,92	1,05	1,01	1,37
Trabalhadores do Comércio	10,48	10,03	15,60	16,01
Prestadores de Serviços Especializados	8,83	10,38	6,18	7,18
Trabalhadores da Indústria Moderna	6,71	5,04	6,52	4,98
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,95	3,29	8,41	6,49
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	3,95	4,64	5,33	6,46
Operários da Construção Civil	4,76	6,17	4,74	3,77
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,19	5,15	5,76	6,02
Ambulantes e Biscateiros	2,36	1,47	5,04	3,99
Trabalhadores Domésticos	8,17	6,14	4,84	5,41
Agricultores	0,78	0,32	0,56	0,40
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (IBGE) e ENOE (INEGI).

Tabela 6: Evolução da estrutural sócio-ocupacional (categorias sócio-ocupacionais) (%)